

JOSÉ DIAS BAPTISTA

2.^a edição

Os castros do Concelho de Montalegre



G
9.202)
P
S

parata da revista Aqvae Flaviae • N.º 2 • Dezembro/89)

Os castros do concelho de Montalegre

*por José Dias Baptista **

1. À GUISA DE PREÂMBULO...

Na intenção manifesta de apenas adiantarmos alguns elementos que reputamos fulcrais à intelecção do texto, achámos conveniente iniciar este trabalho com uma nota introdutória.

Da sua leitura se inferirá que, subjacente ao espírito das considerações aqui tecidas e carreadas dos mais diversos autores, permanece um certo saber "de experiência feito" proveniente de dados da cultura popular, etnológicos ou tradicionais, a que o âmbito deste estudo não permite dar tratamento adequado. Contudo, preocupámo-nos em atribuir à presente tarefa uma certa unidade e alguma sistematização, condições sempre difíceis de alcançar ante a necessidade de executar algo com qualidade e de reduzida dimensão num calendário apertado.

Foi intencionalmente que deixámos de lado abordagens à rede viária, a alguns outros restos arqueológicos e às formas de povoamento, antes, durante e após o domínio romano — conquanto saibamos

* Arqueólogo amador

o subido interesse desses temas, maxime se relacionados de forma umbilical com o nosso. Importará, por agora, lançar esta "teoria" aos ventos das críticas, avaliar da sua aplicabilidade em termos territoriais (por área hidro-oro-demográficas) e i-la relacionando, cautelosamente, com as informações hauridas nos antigos historiadores e geógrafos.

Temos consciência crítica, que é a nossa, de cada questão focada, embora nos vejamos obrigados a estabelecer conjecturas (por leitura comparativa) já que esta extensa região é, a bem dizer, virgem, no que concerne a explorações arqueológicas com método e rigor científico. Sofrendo as inclemências do sincelo ou da canícula, fomos recolhendo pacientemente os materiais e verificámos, in loco, em mais de noventa e cinco por cento dos casos, os elementos adquiridos. Teria sido de inegável interesse, obviamente, alargar o estudo destes monumentos até aos acidentes naturais de maior significado — os das bacias hidrográficas — mas cerceia-nos tal desiderato o factor material. Limitámo-nos, para já, ao território abrangente do concelho de Montalegre e não foi pouco.

Que os mais curiosos e decididos dos nossos leitores nos desmintam ou corroborem a "teoria" — eis o nosso desafio — a bem de todos os saberes e da cultura, em geral.



 BIBLIOTECA
municipal de Montalegre
Data 13.10.2009
Registo 17862
Cota 902 (469.202) BAP
903 (469.202)

o subido interesse desses temas, maxime se relacionados de forma umbilical com o nosso. Importará, por agora, lançar esta "teoria" aos ventos das críticas, avaliar da sua aplicabilidade em termos territoriais (por área hidro-oro-demográficas) e i-la relacionando, cautelosamente, com as informações hauridas nos antigos historiadores e geógrafos.

Temos consciência crítica, que é a nossa, de cada questão focada, embora nos vejamos obrigados a estabelecer conjecturas (por leitura comparativa) já que esta extensa região é, a bem dizer, virgem, no que concerne a explorações arqueológicas com método e rigor científico. Sofrendo as inclemências do sincelo ou da canícula, fomos recolhendo pacientemente os materiais e verificámos, in loco, em mais de noventa e cinco por cento dos casos, os elementos adquiridos. Teria sido de inegável interesse, obviamente, alargar o estudo destes monumentos até aos acidentes naturais de maior significado — os das bacias hidrográficas — mas cerceia-nos tal desiderato o factor material. Limitámo-nos, para já, ao território abrangente do concelho de Montalegre e não foi pouco.

Que os mais curiosos e decididos dos nossos leitores nos desmintam ou corroborem a "teoria" — eis o nosso desafio — a bem de todos os saberes e da cultura, em geral.



 BIBLIOTECA
municipal de Montalegre
Data 13.10.2009
Registo 17862
Cota 902 (469.202) BAP
903 (469.202)

2. UM BOCADINHO DE HISTÓRIA

Os castros são expressão material duma cultura que floresceu a noroeste da Península — produto de múltiplas comunidades geralmente de reduzida população. ⁽¹⁾

Para lá da retumbância das guerras de Lusitanos e Galaicos que levam os escritores da antiguidade a dedicar-lhes algumas páginas, quase só conjecturalmente podemos delinear o *modus vivendi* e o cenário quotidiano do homem castrejo. Estrabão, historiador romano, se bem que apenas conhecido como geógrafo, seguido de Plínio ⁽²⁾, diz que eram consumidos uma espécie de pão de farinha de bolota ⁽³⁾ e uma espécie de cerveja na principal refeição do dia, que também seria a única, segundo se presume. O que não havia de faltar era a carne tanto de animais de caça como dos inúmeros rebanhos, tal como o leite e seus derivados. Destes sobressai a manteiga que substituía o azeite. ⁽⁴⁾ Porém, entre as gorduras, talvez mereça lugar de realce a de porco, animal que ficou perpetuado em muitos monumentos de pedra.

De organização social tão rígida e definitiva, às mulheres eram distribuídas as tarefas domésticas e campestres e aos homens ⁽⁵⁾ as actividades militares e cinegéticas. Muitos autores, seguindo religiosamente os antigos, afirmam que o castrejo se dedicava à rapina sistemática ⁽⁶⁾. Todavia, Estrabão adverte-nos da prática de diversos exercícios físicos como preparação para a guerra: "a corrida, as escaramuças e as batalhas campais" ⁽⁷⁾. Apesar de tudo, parece conveniente alargar-se o campo semântico de vocábulos tais como: "selvagens, bárbaros, rapina, primitivos, incivilizados..." Não serão tais termos o contrapeso para o sentimento terrantês indómito, a peculiaridade da índole, o orgulho da liberdade e da independência do indígena que ofereceu uma resistência tenaz ao invasor chegando a preferir o suicídio à servidão e ao vexame?

Que outra coisa nos conta o vulgarizadíssimo episódio do "Madullium montem Mínio flumini inminentem, in quo se magna multitudo hominum tuebatur"? ⁽⁸⁾ Não seriam estes sinais, bem nítidos e fortes sinais de grande força interior, por oposição à força exterior (em que se conta a rapina, essa, sim, rapina fácil e amesquinhante,

conquista a conquista) que mais impressão causaram a Estrabão? É que os habitantes dos nossos castros (tal como os do Monte Medúlio que preferiram matar-se com as suas famílias a perderem a liberdade) colocavam a nobreza de carácter e a altivez responsável como valores primeiros e caracterizadores dum orgulho feroz da raça que só os homens sem medo sabem alimentar.

3. UMA CERTA TEORIA

Cumpre-nos precisar algum tempo a epígrafe escolhida. Trata-se de autêntico conhecimento teórico, é certo, mas não em oposição à praxis (acção): (explicação lógica do problema histórico da implantação castreja e da sua disposição no terreno). A teoria que alinhavamos, é, enfim, não uma simples hipótese de trabalho ⁽⁹⁾ mas antes uma afirmação confirmada, experimentada, e, por consequência, desde já integrante da própria ciência histórica. ⁽¹⁰⁾

Na verosímil esteira de José Leite de Vasconcelos e de Adolph Schulten ⁽¹¹⁾ provavelmente baseados nas inscrições que Hübner publica com os números 2633 e 365 de C.I.L. II ⁽¹²⁾, é de admitir uma hierarquia de agrupamentos sociais, desde a família, passando pela *gentilitas-gentilitates* (grupo de famílias) até à *gens*. ⁽¹³⁾

Poder-se-á dizer que o castro constituía aquilo a que os romanos chamavam "gentilitas" — um grupo de famílias aparentadas que baseavam a sua relação no predomínio da colectividade sobre qualquer indivíduo — o que terá aberto o caminho a regimes comunitários evoluídos cujos traços mais significativos ainda perduram. Entre os mais sublinhamos os baldios, as águas de rega, o boi do povo, as vezeiras e os fojos.

Os laços de sangue e a prática comunitária constituíram talvez as razões profundas da invencibilidade dessas gentes. Pelo menos o parentesco ajuda a compreender a extraordinária persistência com que defendiam a comunidade e os seus domínios. No entanto a pequenez dos grupos, em muitos casos, havia de exigir que, no mínimo espaço

de tempo possível, toda a nação ⁽¹⁴⁾ se pudesse concentrar, caso fosse essa a tática de defesa ou de ataque. Esta exigência constitui o cerne da nossa teoria.

* * * *

Faz parte da tradição duma pequena aldeia e freguesia do concelho de Montalegre, VILA DA PONTE, a ideia de que os castros coroavam montes cónicos dispostos ao longo de linhas de água e "à vista uns dos outros que lhes estão perto" para se poderem avisar da presença dos inimigos. Esta maneira de dizer parece sugerir que o inimigo vinha de fora do vale e por causa dele se mantinha uma vigilância aturada. Ora, as linhas de visão entre os povoados situados ao longo dos rios Cávado e Regavão apresentam os traçados que se observam no mapa anexo. Em relação ao Regavão ficam-nos de fora o Castro de Lamachã na encosta voltada para a bacia hidrográfica do Douro (o riacho que o serve leva as suas águas pelo Bessa ao Tâmega) e o Castro das Alturas, concelho de Boticas, do qual voltaremos a falar e se situa num píncaro de 1277 metros, que integra a ossatura da serra do Barroso, toda ela divisória de águas vertentes para as bacias do Douro e do Cávado. Cumpre-nos, já agora, informar que se relaciona por idênticos processos visuais com os catros dessa bacia... São seus parceiros de êxtase, na impávida quietude planáltica, o celeberrimo Lesenho, o Coto dos Mouros de Vilarinho Seco e, muito ao longe, a Senhora da Graça de Mondim, além de outros menos falados. Dos restantes dezasseis — dois assentamentos de planície, *civitates*, e catorze *oppida* — verifica-se a ligação a olho nu, apesar da inclinação do terreno onde desliza o rio de apenas quarenta quilómetros de comprimento. Dadas as ligações visuais e as ruínas existentes nalguns deles, é legítimo sobrevalorizar os seguintes: Valongo (Vila da Ponte), Castelo de S. Romão (Viade), Medeiros (Chã), Morgade e Cabanas (Linharelhos-Salto) sendo que este se apoie no alto do Facho, ali próximo. Em relação ao Cávado ficam-nos de fora o Castro de Covelo do Gerês, a Cerca de Cabril, o Castro de Pitões e o Castelo do Juriz, todos muito afastados do rio principal. Daí, o seguinte quadro:

No rio principal	Na bacia	Fora do ângulo de visão	Total	Observações
Cávado 4	10	4	18}	Bacia hidrogr. do Cávado
Regavão 4	12	—	16}	
Alto-Tâm. —	8	?	8}	Bacia hidrogr. do Douro
Bessa 1	4	?	5}	
Médio-Tâm. —	2	?	2}	Bacia hidrogr. do Lima
Salas —	1	?	1}	

Nota:

Como se pode verificar na listagem final são 50 (cinquenta) os monumentos em causa, existentes neste concelho. Porém, a nossa teoria foi apenas aplicada com rigor na bacia hidrográfica do Cávado: sistema Cávado / Rabagão (como agora lhe chamam)

Voltando à tradição, somos obrigados a confessar que não temos ainda conhecimento que a ciência valide tais ditos; mas a ciência não descobriu ainda todos os atalhos da verdade. E, pelo menos, nos vales do Regavão e do Alto Cávado, é susceptível de aplicação uma teoria que pode levar a uma discussão com interesse. Apesar das rudes destruições, do desgaste natural e das transfigurações erosivas ⁽¹⁵⁾ descobrimos como os nossos antepassados conquistaram o dom da comunicação tele-fónico-gráfica, fazendo desses emudecidos recintos fortificados o abrigo e o observatório, de tal modo que, sendo necessário, podiam emitir sinais diurnos ou nocturnos — fumo, fogo ou ruídos — mantendo a "nação" de sobreaviso. As comunicações podiam fazer-se com tambores e timbales ou com instrumentos de sopro: a tuba ou a corna do pastor. Tito Lívio ⁽¹⁶⁾ fala de *ignes*, sinais de fogo.

Perdoe o leitor que nos atrevamos a extrair destes dados implicações culturais de ponta que exigem uma circunspecção e uma crítica especializada que um candidato ao tirocínio na função de arqueólogo não terá podido maximizar. De todo o modo, cabe-nos interpretar os vestígios na situação em que se encontram...

Nesta rede de ligação visual há pontos duvidosos. Sem querermos aplicar o lugar-comum: "a excepção confirma a regra", faremos notar que, às vezes, como entre Valongo e Outeiro de S. Fins, uma simples árvore de alguns metros de altura — coisa que então não faltava —

fornecia o nível mais que suficiente para os indígenas se lobrigarem mutuamente dos citados fortins. Aliás, é mesmo possível que houvesse pontos de observação permanente, dentro ou fora das muralhas — pontos esses que tinham nomes bem expressivos: atalaia, esculca; facho, vigia, etc.

Admitimos sem esforço que alguns castros hajam sido criados para servirem de refúgio em momentos de assédio do inimigo, mas, a regra terá sido que servissem de habitat permanente. Os assentamentos de planície, para nós, constituem uma forma de povoamento mais recente se é que não foram a consequência da proibição pelo Senado Romano da reconstrução dos conjuntos habitacionais destruídos nas eminências e esporões. ⁽¹⁷⁾ É mesmo possível e muito provável, que os aldeamentos de planície fossem organizados com a finalidade de obter grandes quantidades de cereais e de forragens, bens de inestimável valor numa época em que muito dependia do cavalo. Por outro lado, podiam e deviam coexistir com os castros, mais vocacionados para a exploração dos produtos ligados à pastorícia, quais sejam, as carnes, leites, queijos, manteigas e natas.

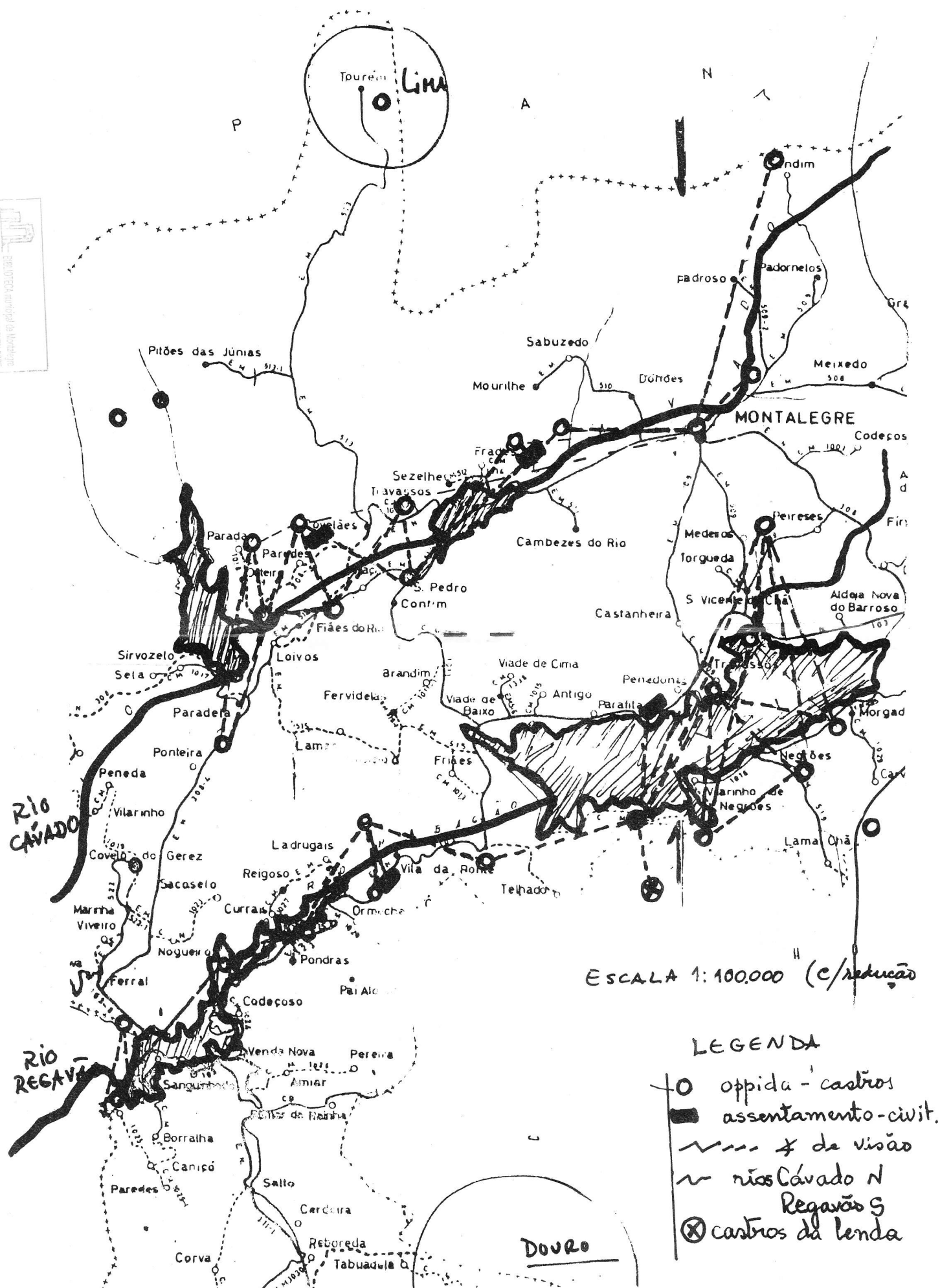
Como terá funcionado a justiça?

Talvez que a resposta a esta pergunta sirva de explicação e justificação para os castros isolados, que escapam à rede de observação mútua, em cada bacia hidrográfica. ⁽¹⁸⁾

É ponto assente que eram sagrados os laços de consanguinidade. Por isso, compreende-se bem que o parricida fosse expulso da colectividade e nunca mais fosse admitido nos domínios do clã. A expulsão, a condenação ao ostracismo, ao exílio perpétuo, era assim uma pena mais pesada que a própria morte: viver sem "ver" a família nem "sentir" os venerandos antepassados, subjugado pela desonra, pelo desprezo do grupo, pelo remorso, era uma maldição bem maior que ser atado de pés e mãos e despenhado dum precipício de que resultaria a morte imediata. Bem pode ser que em crimes como o parricídio ou o matricídio, e o consequente cumprimento da pena de expulsão, entronque a necessidade de castros isolados.

A completa e contínua vigilância mútua e, sobretudo, a aptidão para uma defesa em bloco, parecem, pois, inculcar que todo o vale seria pertença duma só tribo ⁽¹⁹⁾ e, outrossim, o indica, por comparação,

CONCELHO DE MONTALEGRE



a renovação do já considerado "vetusto", em 27 depois de Cristo — pacto de hospitalidade — "ex-gente Zoelarum" ⁽²⁰⁾.

O advento da sedentarização havia de ter provocado graves mudanças nos hábitos de trabalho, na propriedade, qualquer que ela tivesse sido, e na fruição dos baldios a exigir, em consequência, um refinamento nos processos de defesa. ⁽²¹⁾ Os estreitos laços sanguíneos e o índice de comunitarismo alcançado talvez expliquem a durabilidade das manifestações etológicas e sugiram a adequação da geografia agrária ao tipo de povoamento.

4. UMA LENDA ÍMPAR ⁽²²⁾

Os restos de muralhas que se podem ver coroando o cume do Coto dos Corvos, nas Alturas, freguesia do concelho de Boticas, e do Castelo de S. Romão, freguesia de Viade, concelho de Montalegre, serviam para defesa dos habitantes das respectivas povoações.

Ora os do Castelo peguilhavam ⁽²³⁾ repetidamente com os do Castro e como eram mais, diz a lenda que *nos* obrigavam a fugir dum coto para outro ⁽²⁴⁾ por uma ponte de ouro, com alçapão ao meio. Cansados já de tanta vigília e reconhecendo a incapacidade de lutarem contra eles em campo aberto, *os nossos* levaram a efeito um estratagema para os derrotarem, os do Castelo.

Uma noite como breu lançaram as vezeiras ⁽²⁵⁾ à boca do fojo, com fachucos ⁽²⁶⁾ atados nos cornos ⁽²⁷⁾. Ora, os pastores a afoutar ⁽²⁸⁾, o gado sentindo a cabeça a rechinar ⁽²⁹⁾, em berros lancinantes e correrias incontroladas, as labaredas riscando o negrume da noite em direcção ao Castelo, assim puseram em fuga o inimigo para sempre, queimando-lhes as searas e as casas. ⁽³⁰⁾

NOTAS

1. Schulten, (vide Bibliografia) a páginas 52 da O. Cit. calcula em 8 habitantes por km² a densidade média da população.
2. Plínio, Nat. Hist. XVI, 15, citado por Joaquim de Carvalho no trabalho "A Cultura Castreja", nº 99 da Revista "Ocidente", julho de 1946.
3. Santos Júnior parece confirmar o acerto no opúsculo "Escavações no Castro de S. Vicente da Chã" por aí ter encontrado bolota tostada, em 1963.
4. Concordando com a informação, não somos, por inteiro, da opinião de Alberto Sampaio: "a vide e a oliveira não podiam prosperar nas montanhas..." a páginas 27 da Op. Cit. na bibliografia. Pelo menos no castro de Cabril há, e pode ter havido, oliveiras. A Cerca é um outeiro fortificado num fundão dos contrafortes da Serra do Gerês, banhado pelo rio Cabril, que dá nome à freguesia e cuja altitude máxima não atinge os 300 metros, num território planáltico em que a altitude média é superior aos 750 metros.
5. Justino, XLIV, 3, 7, diz: "Feminae res domesticas culturas administrant".
6. Não devemos seguir esta ideia. É mais uma generalização inconsistente. Com efeito, como argumenta Joaquim de Carvalho, a falta de celeiros nas escavações dos castros não é suficiente para admitir o passo da rapinagem sistemática.
7. Estrabão vem apoiar a nossa opinião anterior.
8. São várias as fontes deste caso. Schulten, infra; Orósio VI, 21, 7/8. O autor alemão descreve-o com realismo a pp 118 e seguintes de "Los Cantabros..."
9. Embora alguns filósofos façam **teoria** sinónimo de **hipótese**, é conveniente recordar que o método científico se desenvolve por várias fases (observação, experiência, hipótese e lei ou teoria).
10. A todo o tempo verificável, pelo menos, nas margens do Regavão e do Cávado, assim acontece.
11. Schulten, op. cit., pp 60, Madrid, 1943.
12. H. Hubert "Les Celtes depuis l'époque de la Tène et la civilisation celtique", Paris, 1932, a pp 241-243.
13. Quanto à sobrevivência do regime comunitário muito haveria que dizer, sobretudo nestas paragens.
14. O espanhol Joaquim Costa, in Estudos Ibéricos, I, Madrid, 1891-5, a pp LVI, afirma: "Esas aldeas no constitufan unidades politicas independientes: la unidad era la tribu, **agrupacion de aldeas** que obedecian a um centro común, cabeza de todas ellas".
15. Destruições devidas ao aproveitamento da pedra para outras obras, ao gosto satânico de as ver rolar pelas encostas escarpadas e à ingénua credence de encontrarem tesouros de moiras encantadas.
16. Tito Lívio, XL, 47, citado por O. e S. Veiga Ferreira em "A vida dos Lusitanos no tempo de Viriato", de Lisboa, 1969, pp 190.
17. Esta lei foi referida por múltiplos autores.
18. Apostamos nestes dados como indicadores bastantes de que o agrupamento de **castros em permanente contacto visual** constituiria a gens, a tribo, a nação,

que tendo posto de lado as constantes guerrilhas, desforços e vinganças, haviam de chegar à elaboração dum plano de guerra comum quando foi necessário combater o inimigo comum.

19. Aceita-se que algumas tribos ocupassem mais que um ou dois vales de pequenas dimensões conquanto houvesse contacto entre eles, segundo a ideia que vimos perseguindo.
20. Para o estudo deste Pacto convirá consultar-se Hübner, C.I.L.II pp 366; Schulten, op. cit. pp 60; Abade de Baçal, *Memórias...*, IX, Porto, 1934, pp 162; Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, II, pp 339; Carlos de Passos, Pío Baroja, etc.
21. Estamos habituados a pensar apenas em "processos de defesa" mas admitimos que, muitas vezes, fossem mesmo "processos de ataque".
22. Lenda que parece confirmar a ideia de que estes povos guerreiros estavam em guerra constante quer com vizinhos quer com conquistadores. Foi contada por Maria José, em 1972 e confirmada a 23 de Março de 1985 por António Afonso Fernandes, da casa do Ferrador, de 74 anos, natural das Alturas, como se depreende da narração.
23. Provincianismo. Oriundo de peguilho, peguilhar, igual a peguinhar, veja-se o VOL II do Dicionário de Moraes e Silva, 1890, 8ª edição.
24. Chamam coto ao monte cónico. No local há dois a que a vizinhança dá o nome depreciativo de "cornos". É a eles que se refere a lenda.
25. Rebanhos apascentados comunitariamente.
26. Pequenos fachos de palha, tecido ou feno embebidos em azeite.
27. Chifres das reses.
28. O mesmo que "inspirando-se mutuamente afoiteza e ânimo".
29. A "chamuscar" com rumores próprios de sedas e pelames a arder.
30. Ambos os locais falados na lenda são agora desabitados mas alguns dos castros inventariados continuam a ser o assento das povoações actuais.
31. Sabemos que há quem conte 52 ou mais castros mas, em boa verdade, eles são 50. além dos que não existem, eliminámos o da Piconha por ficar em território espanhol.

Nota Final: Agradecemos as mais variadas informações aos senhores Fernandes, das Alturas, Padre Fontes, de Vilar, José Luís Portelada, de Paredes do Rio, Antónia Dias, de Vila da Ponte e ao senhor Director do Gabinete do Alto-Tâmega que cedeu o mapa.

LISTA DOS 50 CASTROS ⁽³¹⁾

Topónimo	Tipo	Local	Rio principal	Observações
Cerca	Opp	Cabril	Cávado	Povoação actual
Coto do Castro	Opp	Frades	"	
Sobidade	Civit	"	"	
O Castro	Opp	Covelo do G	"	Povoação actual
Alto do Facho	Opp	S. Pedro	"	" "
O Castro	"	Vilaça	"	
Cubancas do Castro	"	Donões	"	
Crastos da Veiga	"	Montalegre	"	
Castelo	"	"	"	Povoação actual
Cabeça do Castro	"	Parada	"	
O Castro	"	Outeiro	"	
O Coto	"	Sendim	"	Águas vertentes P/ Espanha
Alto do Castro	"	Paradela R.	"	
Fraga do Gato	"	Paredes R.	"	
Cidadelha	Civ.	"	"	
Outeiro	Opp	Travaços R.	"	Povoação actual
Castro da Tulha	"	Pitões	"	
Castelo do Juriz	"	"	"	Castelo Medieval s/ Castro
Couto Carambo	Opp	Medeiros	Regavão	
O Castro	"	S. Vicente	"	Estudado por Santos Júnior
Outeiro Travaços	"	Travaços	"	
Mem Martins	Civ	Penedones	"	Ident. ^a a cidade Mel
Crastas	Opp	Ferral	"	
O Castro	"	Morgade	"	
O Castro	"	Vilarinho	"	
O Castro	"	Negrões	"	
Outeiro	"	S. Fins	"	Povoação actual
Cabanas	"	Linharelhos	"	
O Castro	"	Codeçoso Arco	"	Sem vestígios de habitantes
Castelo de S. Romão	"	Parafita	"	Castelo Medieval s/ Castro
Castro da Cab. d'Armada	"	Vila da Ponte	"	
Sabarrás	Civ.	"	"	
Castro de Valongo	Opp	"	"	Sem vestígios de habitantes
Castro de Andelhe	"	"	"	
Castelo Romão	"	Gralhas	Alto Tâmega	
A Ciada	Civ.	"	"	Não é CALADUNO!!!
Castro Soutelo	Opp	Solveira	"	Povoação Medieval
O Castro	"	"	"	
Castro da Carvalhosa	"	Santo André	"	
Cidade de Grou	Civ.	"	"	
Castro da Mina	Opp	Vilar Perdizes	"	
Fernão Mouro	"	Serraquinhos	"	

Topónimo	Tipo	Local	Rio principal	Observações
O Castro	Opp	Cervos	Bessa	
Castro da Ponte	"	Cortiço	"	
O Crasto	"	Antigo de Arcos	"	
Castro de Pedrário	"	Pedrário	"	
Castro de Lamachã	"	Lamachã	"	
Cristelo	"	Seara	Médio Tâme.	
Cividade	Civ.	"	"	
Crastelo	Opp	Tourém	Salas	Bacia hidrog. do Lima

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

1. AMORIM GIRÃO, A. de, — **Geografia de Portugal**, 2.^a edição, Porto, 1949.
2. BRAGA BARREIROS, Fernando, — **Ensaio de Inventário dos Castros do Concelho de Montalegre**, Bragança, 1914.
3. CARVALHO, Joaquim de, — **A Cultura Castreja**, in "Ocidente". n.º 99, 1946.
4. COSTA, Joaquín, — **Estudios Ibericos I**, Madrid, 1891-1895.
5. ESTRABÃO, III, cit. por Joaquim de Carvalho e outros.
6. HUBERT, H., — **Les Celtes depuis l'epoque de la Tène et la civilisation celtique**, Paris, 1932.
7. HUBNER, Emílio, — **Corpus inscriptiorum latinarum**.
8. JUSTINO, — **História de Trogo Pompeio**, XLIV, 3, 7, cit por J. de Carvalho.
9. LEITE DE VASCONCELOS, José, — **Religiões da Lusitânia**, II, Lisboa, edição fac-similada da 1.^a edição de 1913.
10. LÍVIO, Tito, — **História Romana**, Livro XXI, edição de Nisard.
11. MELA, Pompónio, — **Chorografia**, cit por Veiga Ferreira (infra).
12. MORAIS E SILVA, — **Dicionário da Língua Portuguesa**, Vol. I-II, 8.^a edição de 1890.
13. PLÍNIO o Velho, — **Naturalis Historia**, 3, 28, cit por J. de Carvalho.
14. SAMPAIO, Alberto, — **As Vilas do Norte de Portugal**, Estudos históricos e económicos, Vol. I, Porto, 1923.
15. SCHULTEN, Adolph, — **Los Cántabros y ástures y su guerra con Roma**, Madrid, 1942.
16. VEIGA FERREIRA, O. da e S. da, — **A vida dos Lusitanos no tempo de Viriato**, Lisboa, 1969.



0017862



*Biblioteca
Municipal
Montalegre*

Os castros de montalegre

S
902(4
B
C